A EXTENÃO UNIVERSITÁRIA E O PAPEL TRANSFORMADOR DA UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DE PROJETOS VOLTADOS PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

THE UNIVERSITY EXTENSION AND THE TRANSFORMATIVE ROLE PLAYED BY THE UNIVERSITY: AN ANALYSIS OF PROJECTS WHICH AIM AT THE PROMOTION OF HUMAN RIGHTS AMONG CHILDREN AND TEENAGERS

Christiano Lopes Ottoni Filho[1]

Lucas Jerônimo Ribeiro da Silva[2]

RESUMO: O presente trabalho visa demonstrar o papel transformador da Universidade, por meio de suas ações de extensão, para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Para tanto, serão analisados os projetos “Educação e Alteridade: Por uma cultura voltada à paz nos espaços escolares” e “Arte e Alteridade no ambiente escolar”, como iniciativas acadêmicas adequadas para a promoção dos direitos humanos em meio ao público infanto-juvenil. Diante do cenário de violência nas instituições de ensino e do acirramento das disputas entre os pares estudantis, a Universidade exerce importante função ao viabilizar atividades transdiciplinares que primem pela coesão social. Assim, abebera-se do pensamento de Boaventura de Sousa Santos e de Paulo Freire para a análise dos referidos projetos, os quais, à luz do dispositivo 227 da Constituição brasileira de 1988, somam-se às políticas públicas educacionais e contribuem para a proteção integral da criança e do adolescente.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos; Criança e Adolescente; Extensão Universitária

ABSTRACT: The objective of this paper is to demonstratre the transformative role played by the public University, through its extension activities, for the realization of the rights of children and teenagers. For this, we analyzed the projects "Education and Alterity: For a culture focused on peace in school spaces" and "Art and Alterity in the school environment," as appropriate academic initiatives for the promotion of human rights among the children and youth population. Because of the violence which is persistent in educational institutions and the intensification of disputes among students, the University plays an important role in enabling transdisciplinary activities which aim social cohesion. Thus, the analysis of both projects are based on the thoughts of Boaventura de Sousa Santos and Paulo Freire. Such projects, under the perspective of article 227 of Brazilian Federal Constitution of 1988, add to the educational public policies and contribute to the protection of children and teenagers.

KEYWORDS: Human Rights; Child and Teenager; University Extension.

---

1 Graduando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista Jovens Talentos/ CAPES

2 Graduando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista PIBIC/CNPq

1. Introdução

A intolerância às diferenças é uma mazela social que perpassa toda a história da humanidade. Apesar de grandes avanços conquistados na luta pelo respeito e a diminuição das desigualdades, observa-se que a intolerância, o não reconhecimento do outro e expressões de violências ainda segregam as relações sociais e refletem no ambiente escolar a afronta aos direitos humanos e o acirramento da exclusão social.

Frente a esse cenário e em vista da violência acentuada entre crianças e adolescentes, as ações de extensão representam uma alternativa à sociedade e, nas palavras de Boaventura de Sousa Santos, atribuem "às universidades uma participação activa na construção da coesão social" [3]. À luz da Constituição brasileira, cumpre ao estado, à família e à sociedade integrarem seus esforços em prol da proteção integral da criança e do adolescente[4], de modo que a violação de direitos, manifestada por meio de agressões físicas e psicológicas entre os jovens, representa um problema macrossocial de segurança pública a ser solucionado sob diversos enfoques sociais.

2. A Universidade e o papel de promoção dos direitos humanos

A cultura de desrespeito aos direitos humanos ainda está arraigada na realidade social brasileira, mesmo depois de todo o progresso na construção de sua efetivação ao longo dos anos. Com o rompimento e o enfraquecimento dos vínculos sociais e a consequente individualização do ser social, legitimados pela lógica neoliberal capitalista, o que se percebe é o acirramento dos conflitos em sociedade e a necessidade de um debate pautado no real significado de diversidade. Diante disso, torna-se imprescindível compreender que, para transformação da sociedade, é necessário trabalhá-la em toda a sua complexidade, com o objetivo de formar cidadãos empenhados na superação das desigualdades existentes. Portanto, é crucial o incentivo à cidadania participativa no reconhecimento do outro como detentor dos

---

3 SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004. p.66.

4Conforme disposto no artigo 227 da Carta Magna: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (grifo nosso)

mesmos direitos, da mesma legitimidade e da mesma dignidade, seja ele quem for, principalmente na formação básica do ser humano. O grande desafio é a ampliação do sentido de educação em direitos humanos para além da escola e da educação formal. Nesse contexto, o papel da universidade com a sociedade que a envolve, ao se preocupar com o cumprimento de sua função social, é repensar o conhecimento, orientando-o para a prática e efetivação dos direitos sociais. A extensão representa o reconhecimento da alteridade e do sentido público de universidade, envolvida com os problemas do seu entorno, articulando conhecimentos acadêmicos e saberes populares.

3. Ações para uma cultura do diálogo

Frente à função social da Universidade Pública, os projetos "Arte e Alteridade no ambiente escolar" e "Educação e Alteridade: Por uma cultura da paz nos espaços escolares" são importantes referências de ações extensionistas voltadas para a promoção dos direitos humanos em meio ao público infanto-juvenil. Ambos os projetos inserem-se no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais e são desenvolvidos em parceria entre o Programa de Resolução de Conflitos e Acesso à Justiça – RECAJ UFMG, o Colégio Técnico da UFMG (COLTEC), o Teatro Universitário da UFMG (TU) e outras escolas públicas do município de Belo Horizonte, a exemplo da E. E. Anita Brinna Brandão.

O projeto "Arte e Alteridade no ambiente escolar" tem por escopo problematizar a violência intraescolar e, a partir disso, propiciar aos estudantes do ensino médio capacitações para a criação de esquetes teatrais (cenas curtas), apresentações de canto e leituras dramáticas sobre o tema, envolvendo alunos, educadores, artistas e a comunidade em geral. Além disso, tem por viés permitir que os adolescentes, orientados pelos discentes de graduação e coordenados pelos docentes da Universidade, tenham a oportunidade de pesquisar a violência escolar do ponto de vista jurídico-sociológico e artístico (teatro, música, canto, dança, pintura, etc), o que lhes propiciam novas experiências acadêmicas e um contato lúdico, dinâmico, inclusivo e diferenciado com os direitos da infância e juventude.

Sob outro enfoque, o projeto "Educação e Alteridade: Por uma cultura da paz nos espaços escolares", consiste em propiciar aos estudantes do ensino médio uma capacitação voltada para a elaboração de projetos científicos, os quais são norteados com base na não violência entre crianças e adolescentes. Posteriormente à fase de elaboração dos projetos, os trabalhos são implementados pelos alunos conforme metodologia desenvolvida por cada um deles, de modo que, em campo, vivenciam na prática os desafios da investigação acadêmica. A referida

ação de extensão tem por objetivo estimular a criatividade dos jovens, oportunizar espaços de diálogo e de debates sobre temas afetos aos conflitos escolares e viabilizar o protagonismo juvenil, elementos essenciais para se colocar em relevo o que Paulo Freire denomina de "autonomia do ser educando" [5]

Mais de vinte e cinco alunos já participaram dos projetos acima exemplificados, entre estudantes do ensino médio e discentes da graduação e pós-graduação da UFMG. O que se observa é que as trocas de experiências, a criação de espaços de fala e de escuta e a participação democrática dos jovens são fórmulas de grande valia para uma abordagem abrangente e adequada dos conflitos escolares e representam a superação do pensamento adversarial para uma abertura à solidariedade, ao reconhecimento do outro como igual e à sustentabilidade das relações sociais entre crianças e adolescentes, contribuindo para o amadurecimento dos sujeitos envolvidos.

4. Conclusão

O recrudescimento de práticas violentas nas escolas é um fenômeno de reprodução social crescente em nosso país. Incita, portanto, uma reflexão por parte dos educadores, da comunidade escolar e também da Universidade, sobre como modificar esse cenário, de forma que os resultados alcançados pela sociedade, no que tange ao respeito aos direitos humanos e ao fomento à igualdade social, racial, sexual e religiosa, possam ajudar a escola a reassumir sua função de garantia de uma educação cidadã, plena e emancipatória aos alunos. As ações de extensão são essenciais nesse intento.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam. **Violência nas escolas**: América Latina e Caribe. Brasília, DF: Unesco, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35. Ed. São Paulo. Saraiva, 2005

5 FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática edu-cativa/ Paulo Freire. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (coleção leitura). P. 34.

BRASIL. **Lei nº 8.069/90 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em 08 de Ago. 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa/ Paulo Freire. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (coleção leitura).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 24. Ed. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 2005

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Da Ideia de Universidade à Universidade de Ideias**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n 27/28, junho de 1989. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Da_ideia_de_universidade_RCCS27-28.PDF> Acesso em: 08 de Ago. 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de Direitos Humanos. Lua Nova - Revista de cultura e Política, vol. 39, p. 105-24, Cedec, São Paulo, 1997.

BRASIL. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Disponível em: <http://www.proec.ufpr.br/downloads/extensao/2012/legislacao/Politica%20Nacional%20de%20Extensao%20Universitaria%20maio2012.pdf> Acesso em: 16 de Ago. 2013